

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 84.626 - MG (2017/0117231-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOAO MURCA PIRES SOBRINHO
ADVOGADOS : FABIO CURVELANO BATISTA E OUTRO(S) - MG115275
ALAOR DE ALMEIDA CASTRO - MG085884
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOÃO MURCA PIRES SOBRINHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos ter sido o recorrente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 171, *caput*, c/c o art. 14, II, no art. 299 e no art. 304, todos do Código Penal. Posteriormente, foi-lhe concedida a liberdade provisória mediante fiança e outras condições.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, sob a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 128/136).

No presente recurso, sustenta a defesa, também aqui, excesso de prazo para o término da instrução, porque, a despeito da liberdade provisória concedida em 6/5/2016, o recorrente se encontra até os dias atuais com sua liberdade mitigada, tendo em vista as medidas cautelares a ele impostas.

Afirma que "*não se pode perder de vista que a imposição de recolhimento noturno, e nos finais de semana se equipara às restrições impostas aos albergados e àqueles no regime aberto*" (e-STJ fl. 147).

Aduz que, "*até a presente data, nenhuma das diligências deferidas pelo magistrado conseguiu ser cumprida, a uma, porque o cartório de notas se nega a enviar as imagens do horário solicitado, enviando por duas vezes as imagens do dia certo, mas em hora errada, a duas porque o delegado de polícia, até o presente momento, nem mesmo enviou à justiça os objetos apreendidos quando da prisão em*

flagrante" (e-STJ fl. 151).

Destaca que o fato de a defesa insistir no cumprimento da diligência "*não pode ser considerado ato procrastinatório*" (e-STJ fl. 152).

Busca, inclusive liminarmente, sejam revogadas as medidas cautelares impostas.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 205/209).

É o relatório.

Informações prestadas pelo Juízo de origem às e-STJ fls. 214/227 dão conta de que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em 16/4/2019, concedeu parcialmente a ordem em *writ* lá impetrado, revogando as medidas cautelares impostas. Veja-se (e-STJ fl. 219):

HABEAS CORPUS - TENTATIVA DE ESTELIONATO - FALSIDADE IDEOLÓGICA - MEDIDAS CAUTELARES QUE PERDURAM HÁ TRÊS ANOS - AUSÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - OCORRÊNCIA - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

- A manutenção das medidas cautelares, prolongadas abusivamente, sem justificativa, em face de retardamentos intoleráveis relativos à prestação jurisdicional, configura o constrangimento ilegal e lesa o princípio da razoabilidade, justificando a concessão do writ.
- Hipótese em que medidas cautelares diversas da prisão se prolongam excessivamente, sem que, neste íterim, o paciente tenha descumprido qualquer uma delas.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial revogando as medidas cautelares anteriormente impostas, o presente recurso perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator